



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2024 A AGOSTO/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	9 - Setembro	10 - Outubro	11 - Novembro	12 - Dezembro	1 - Janeiro	2 - Fevereiro	3 - Março	4 - Abril	5 - Maio	6 - Junho	7 - Julho	8 - Agosto		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.469.396.886,51	1.491.151.567,02	1.473.611.968,82	2.307.254.757,86	1.314.975.403,55	1.493.603.190,36	1.488.469.033,13	1.612.025.994,39	1.664.123.617,22	2.130.426.684,14	1.623.702.235,43	1.825.395.731,14	19.894.137.069,57	90.279.246,70
Pessoal Ativo	1.007.502.244,57	1.029.478.916,95	999.290.567,82	1.638.826.559,68	927.109.297,40	1.041.446.156,93	1.039.148.964,87	1.101.551.774,31	1.172.064.304,32	1.451.936.098,65	1.135.815.895,64	1.318.562.081,58	13.862.732.862,72	9.066.771,85
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	866.249.525,66	849.863.637,89	847.069.237,81	1.301.130.282,87	809.935.205,36	857.841.480,30	923.810.629,30	927.096.868,58	951.576.907,91	1.351.653.484,08	914.609.486,16	1.145.375.726,58	11.746.212.472,50	3.396.590,55
Obrigações Patronais	141.252.718,91	179.615.279,06	152.221.330,01	337.696.276,81	117.174.092,04	183.604.676,63	115.338.335,57	174.454.905,73	220.487.396,41	100.282.614,57	221.206.409,48	173.186.355,00	2.116.520.390,22	5.670.181,30
Pessoal Inativo	380.489.943,52	376.477.291,89	378.765.902,92	577.470.396,27	381.507.658,25	381.591.265,40	381.719.794,20	430.745.579,14	411.239.440,05	602.701.488,41	409.958.088,42	429.627.949,72	5.142.294.798,19	0,00
Aposentadoria, Reserva e Reformas	293.237.427,07	288.989.997,64	290.538.976,21	446.601.910,51	292.792.563,34	293.258.160,33	289.764.745,14	334.152.974,98	317.451.798,85	465.399.658,19	316.334.495,32	333.751.518,97	3.962.274.226,55	0,00
Pensões	87.252.516,45	87.487.294,25	88.226.926,71	130.868.485,76	88.715.094,91	88.333.105,07	91.955.049,06	96.592.604,16	93.787.641,20	137.301.830,22	93.623.593,10	95.876.430,75	1.180.020.571,64	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	81.404.698,42	85.195.358,18	95.555.498,08	90.957.801,91	6.358.447,90	70.565.768,03	67.600.274,06	79.728.640,94	80.819.872,85	75.789.097,08	77.928.251,37	77.205.699,84	889.109.408,66	81.212.474,85
Outras Despesas com Pessoal decorrentes de contratos de terceirização	74.429.026,32	77.753.821,26	87.471.919,24	81.054.722,88	87.008,22	64.899.665,14	61.684.789,74	72.728.686,37	71.741.284,35	65.835.790,92	68.256.586,42	68.029.316,65	794.172.617,51	81.202.829,70
Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	6.975.672,10	7.441.536,92	8.083.578,84	9.903.079,03	6.271.439,68	5.666.102,89	5.715.484,32	6.999.954,57	9.078.588,50	9.953.306,16	9.671.664,95	9.176.383,19	94.936.791,15	9.645,15
Não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	309.735.064,80	306.962.328,88	313.683.626,84	543.092.266,11	227.382.360,10	283.630.476,07	282.791.887,97	330.343.424,05	370.211.701,24	300.870.594,56	318.930.017,80	561.674.288,31	4.149.308.036,73	741.911,43
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	108.027,31	1.412,00	114.927,30	40.124,79	38.824,11	7.544,53	1.518,00	14.185,05	41.276,00	17.721,96	73.263,58	12.860,07	471.684,70	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	28.234.220,54	27.061.836,42	27.205.846,80	27.309.217,82	24.768.988,01	32.186.890,79	36.250.017,97	34.718.087,80	30.390.205,64	33.734.478,60	35.045.604,69	250.487.763,17	587.393.158,25	741.911,43
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	13.232.161,42	2.571.247,22	3.093.819,56	2.471.094,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.368.323,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	267.285.533,01	276.614.525,43	282.453.519,32	511.937.760,65	202.225.449,44	250.830.743,33	246.141.780,17	294.784.420,02	338.856.575,89	266.628.626,42	283.117.444,18	310.571.919,96	3.531.448.297,82	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, 11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela Dedutível Referente ao Piso Salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem Auxiliar de Enfermagem e Parêntes	875.122,52	713.307,81	815.513,86	1.334.068,05	349.098,54	605.297,42	398.571,83	826.731,18	923.643,71	489.767,58	693.705,35	601.745,11	8.626.572,96	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.159.661.821,71	1.184.189.238,14	1.159.928.341,98	1.764.162.491,75	1.087.593.043,45	1.209.972.714,29	1.205.677.145,16	1.281.682.570,34	1.293.911.915,98	1.829.556.089,58	1.304.772.217,63	1.263.721.442,83	15.744.829.032,84	89.537.335,27

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		38.124.082.863,08
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		48.642.357,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)		185.504,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		38.075.255.002,08
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)		15.834.366.368,11
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		18.656.874.951,02
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		17.724.031.203,47
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		16.791.187.455,92

FONTE: Sisle-CE / SEFAZ-CE

- Demonstração elaborada de acordo com a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF - mapeamento de 29/08/2025. Consultas 11387 e 11155 - Dados atualizados em: 24/09/2025 23:00:04;
- Não foram incluídas as despesas com pessoal decorrentes da contratação de serviços públicos finalísticos de forma indireta atendendo ao disposto na pg 489, versão 5 da 14ª edição do MDF de 29/04/2025 que estabelece que nos termos do Parecer SEI nº 3974/2024/MF, aprovado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em 04 de novembro de 2024.
- Restos a Pagar Não-Processados inscritos - são utilizadas as inscrições do ano anterior quando a publicação for do primeiro e do segundo quadrimestre e do ano de referência quando a publicação for do 3º quadrimestre;
- O RPPS - Regime Próprio de Previdência Social -, que atende aos servidores civis, é composto pelos planos previdenciários FUNAPREV e PREVID. Já os militares são atendidos pelo PREVMILITAR que constitui-se no Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM conforme estatui a Lei Federal nº 13.954/2019;
- Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.
- Não houve dedução de Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados, visto que não recebemos ajuda financeira da União (fonte 604), sendo os custos desses profissionais integralmente assumidos pelo Estado do Ceará;
- O limite da despesa com pessoal do Poder Executivo definido na lei complementar federal nº 101, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, é de 49% da Receita Corrente Líquida para os estados que não possuem Tribunal de Contas dos Municípios - TCM e 48,6% para os estados que o possuem. O Estado do Ceará já o teve, mas a Emenda da Constituição Estadual nº 92 extinguiu o TCM, passando os 0,4% daquele tribunal para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado - TCE, que recebeu as atribuições e quadros do TCM. Assim sendo, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, órgão fiscalizador federal, considera, para o Poder Executivo do Estado do Ceará, o limite máximo como sendo de 49%; prudencial, 46,55%; e de alerta, 44,1%. Por conta de dispositivo da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias estadual, o TCE, órgão fiscalizador estadual, considera o limite máximo como sendo de 48,6%; prudencial, 46,17%; e de alerta, 43,74%.

ROBERTO DANIEL FOLTZ
Orientador de Célula
Contador CRC-CE 36.307/O-3

ROBERTA DE ALENCAR PITA
Secretária Executiva do Tesouro Estadual
e Metas Fiscais

FABRÍZIO GOMES SANTOS
Secretário da Fazenda

ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO
Controlador e Ouvidor-Geral

ELMANO DE FREITAS DA COSTA
Governador do Estado
Chefe do Poder Executivo